

A ÉTICA E A MORAL UMA ANÁLISE SOBRE SEUS DESDOBRAMENTOS E DENTRO DA CONTEMPORANEIDADE

Juan Fernando Durán Alba¹
Celso Hiroshi Iocohama²
Horácio Monteschio³
Hélcio Kronberg⁴

Resumo

Ao adentrar no estudo sobre a ética se faz necessário elaborar um conceito, ainda que perfuntório, para que se possa fixar algumas premissas sobre essa temática que desperta tamanho interesse aos homens. O que parece inequívoco é a origem para palavra na seara filosófica, ou seja, mas podemos afirmar que ela é de origem grega (ethos) e, no campo filosófico, pode ser traduzida pelas ideias de “lugar”, “residência”, “ambiente” e, por extensão, também como “caráter”, “distinção”, “modo” e “natureza”. Os pontos que serão objeto do presente trabalho perpassam por vários segmentos, sendo eles de cunho sociológico, jurídico e sua aplicação na contemporaneidade representa o eixo estrutural do presente trabalho.

Assim sendo, o presente estudo se estrutura de três pontos de vista, sendo que o início da ponderação será pautada pelas diferentes formas como a palavra ética é entendida; em um segundo momento será feita uma análise histórica e cultura, para ao final formular uma análise da ética na contemporaneidade.

O método utilizado é o dedutivo, tendo como parâmetro essencial a análise da doutrina relacionada aos temas desenvolvidos, as conclusões representam um pensamento do autor dentro da temática desenvolvida, ponderando a necessidade de uma interação social, busca por valores perdidos em face da sociedade “fast” ou da velocidade.

Palavras-chave: Ética; moral; contemporaneidade.

¹ Professor Titular de Direito Constitucional da Facultad de Derecho/ Universidad de Valladolid. Licenciado y doctor en Derecho por la Universidad de Valladolid. Profesor Titular de Derecho Constitucional en la Facultad de Derecho de Valladolid. Abogado. Subdirector de la Revista General de Derecho Constitucional, editada por IustelPortal de Derecho, y miembro de su Consejo Editorial (desde 2016). Secretario de la Facultad de Derecho de Valladolid (2004-2008). Letrado de adscripción temporal en el Tribunal Constitucional (2008-2014). Vocal de la Junta Electoral de Castilla y León (2007-2008)

² Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Umuarama (1989), mestrado em Direito das Relações Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (1996), doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001), especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Paranaense (2003) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2011). Atualmente é professor titular de Direito Processual Civil I, da Universidade Paranaense, Campus Sede. Coordenador do Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Unipar (desde 2008). É vice-presidente do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UNIPAR.

³ Doutor em Direito pela FADISP. Mestre em Direitos da Personalidade pela UNICESUMAR. Com Estágio em andamento de Pós-doutorado pelo UNICURITIBA. Com Estágio em andamento de Pós-doutorado em Direitos Humanos pelo *Ius Gentium Conimbrigae da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra-Portugal*. Professor de Direito Administrativo e Processo Administrativo do UNICURITIBA.

⁴ Investigador, membro dos grupos de pesquisa Cidadania Empresarial no Século XXI – UNICURITIBA – Brasil, e integrante do grupo de Pesquisa Internacional – REDTH (Rede de Estudos em Direitos Humanos e Transnacionalidade).

INTRODUÇÃO

Elaborar uma definição da palavra ética não é tarefa das mais fáceis, nem tão pouco é possível exaurir totalmente o seu significado em espaço tão exíguo como o que se apresenta o presente estudo. Ademais, em face da sua característica polissêmica, definir “ética” torna-se uma empreitada nada fácil. Pela etimologia, como já dito, vem do grego (ethos), que significa “morada do homem”⁴. Para os gregos, a morada era a cidade, que eles chamavam de pólis (comunidade). Desse modo, a ética seria o “lugar onde os homens habitam” – sua própria casa, seu hábitat, lugar da residência familiar, assim como a maneira de nele estar, a maneira de se relacionar consigo mesmo e com os outros.

De acordo com Ángel Rodríguez Luño, a ética é a ciência da moral, para o referido autor a moral é a arte de viver bem. Arte de viver como um ser humano. Autores clássicos entendem a moral como “o ser do homem, doutrina sobre o que o homem é e está chamado a ser. Note-se que para caracterizar a ética, estamos falando de realização (no singular), e não das realizações (plural) nos diversos aspectos da vida: financeiro, saúde, status, etc. Pois a moral diz respeito precisamente à realização; realização não deste ou daquele aspecto parcial, mas afeta a totalidade, o que se é enquanto homem”⁵. A moral é uma arte, assim como é uma arte a pintura, o saber vender, o tocar piano ou o entalhar madeira. Exige como todas as artes uma série de conhecimentos teóricos e técnicos e também experiências e destrezas que são necessárias para desempenhar com mestria qualquer atividade.

Por sua vez, a ética estaria ligada a práticas do cotidiano, entre as quais se pode vincular aos hábitos e aos costumes de um indivíduo ou da sociedade e de como ela se comporta em um determinado lugar ou em um determinado período histórico.

Na visão de Juan Luis Lorda, o homem necessita aprender o que é próprio do homem: necessita aprender a falar e a escrever; a tratar os demais e a comportar-se na convivência; e mil coisas mais. Se não se educa, não desabrocham suas capacidades. Se não há um ambiente em que se fale, não aprende a falar; se não se ensina a andar em pé, anda agachado; se não vive em um meio culturalmente estimulante, não desenvolve nenhuma capacidade cultural; nem gosto artístico, nem sensibilidade musical, nem sequer refinamento gastronômico. Tudo deve ser transmitido e só pode fazê-lo num ambiente humano

⁴ LIMA VAZ, H. C. de. Escritos de filosofia: ética e cultura. São Paulo: Loyola, 2000. p. 12.

⁵ LUÑO, A. R., Ética General, Pamplona, Eunsa, 1993, p. 24

suficientemente estimulante. As capacidades do homem vêm dadas com sua natureza, mas o desenvolvimento dessas capacidades necessita da educação.⁶

Sob a ótica conceitual dos romanos a palavra ética era denominada de *ethiké* – em latim, ou seja, *mos*, os modos e costumes, no plural, “*mores*” para exprimir “o que é relativo aos costumes”. Assim, como se percebe, a ética e a moral eram conceitos muito próximos entre os gregos e romanos.

Para a compreensão mais contemporânea, a ética pode ser entendida de maneira um pouco diferente. Ética seriam os princípios universais, que, portanto, aplicam-se a todos, de forma mais imparcial, ou seja, baseiam-se no preceito de que os indivíduos ou os seus interesses devem receber igual respeito. Em seu sentido mais amplo, argumentam Willian Outhwaite e Tom Bottomore, “a ética refere-se à avaliação normativa das ações e do caráter de indivíduos e grupos sociais”.⁷

A ética é a reflexão sobre a melhor forma de viver e conviver, ou seja, são princípios universais que regem a sociedade. Já a moral, como veremos mais à frente, estaria mais ligada a decisões pessoais que tomamos. Sendo assim, a ética é sempre um olhar vigilante sobre a moral. A ética é a avaliação normativa das ações e do caráter de indivíduos e dos grupos sociais. Como diz Roger Pol-Droit, “a ética faz com que o homem se pergunte qual a melhor maneira de agir”; e mais: “a ética é, antes de tudo, o conjunto de reflexões ligadas a questões do gênero – O que devo fazer? Como devo me comportar?”⁸

A ética é, assim, um conceito mais aberto; está relacionada ao homem e a suas escolhas. Como diz Sartre: “escolhendo-me, escolho o homem”.⁹ Isto é, somente o homem tem a possibilidade da escolha, de deliberar, de decidir que caminho seguir, optar por agir de maneira correta ou errada. Nesse sentido, a ética é uma criação genuinamente humana, dado que as formigas, as abelhas ou nenhum outro animal é regido por princípios éticos, nenhum deles tem liberdade e nem um único deles é capaz de tomar decisões por contra própria.

Além dos conceitos e proposições acima formuladas é possível ainda ressaltar que a ética também é sempre relativa, porquanto muda com o tempo, muda de acordo com a cultura e com crenças de diferentes grupos sociais ou civilizações. O certo e o errado diferem de cultura para cultura. Dizem James Rachels e Stuart Rachels: “culturas diferentes têm códigos diferentes. O que é pensado como correto por um grupo pode horrorizar os membros de um

⁶ LORDA, Juan Luis, *Moral: A arte de Viver*, Quadrante, São Paulo-SP, 2001, p. 13.

⁷ OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.p. 278.

⁸ DROIT, R-P. *Ética – uma primeira conversa*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

⁹ SARTRE, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1978. p. 220.

outro grupo e vice-versa”.¹⁰ Ou, como é possível concluir na doutrina de Álvaro Valls: “os costumes variam com o tempo e os valores também”.¹¹ Passamos a citar alguns exemplos para demonstrar a relatividade da ética.

Para nós, ocidentais, a poligamia – palavra originada do grego, significando “muitos matrimônios” – não é aceita legal nem moralmente. Diferentemente, não obstante a poligamia é uma prática comum em mais de 50 países em todo o mundo, como na África e no Oriente Médio. A poligamia é comum também em países muçulmanos, com a ressalva de que os homens poligâmicos tenham posses suficientes para sustentar as suas esposas. Ter várias mulheres é sinal de status e de poder.

Os povos nativos do Alaska, Norte do Canadá, da Groelândia e do Nordeste da Sibéria, que eram denominados de esquimós até meados do século XX, tinham uma cultura bastante volátil em relação ao casamento. Homens geralmente tinham mais de uma esposa, da mesma forma que compartilhavam suas esposas com os convidados, emprestando-as durante a noite como um sinal de hospitalidade. A prática do infanticídio também era comum entre os esquimós, diferente da nossa compreensão atual sobre o casamento e sobre a criação dos filhos. Mas, como argumentam James Rachels e Stuart Rachels “se assumimos que nossas ideias éticas serão partilhadas por todas as culturas, nós somos ingênuos, meramente.”¹²

Até há pouco tempo, fumar em espaço público era comum. Quem não se lembra dos tempos de faculdade, quando nossos professores fumavam tranquilamente enquanto ministravam suas aulas, sem se importar com a inalação da fumaça por seus alunos? Em restaurantes, ônibus, teatros, cinemas e até em biblioteca era comum as pessoas fumarem sem se preocupar com o incômodo aos não fumantes. Atualmente isso está muito diferente, pois há espaços reservados para fumantes e não fumantes. Além da proibição de fumar em lugares públicos, há um consenso de que tal prática é refutada por todos.

Outro exemplo de mudança de comportamento diz respeito às uniões homoafetivas. Até há pouco tempo era muito difícil ver duas pessoas do mesmo sexo de mãos dadas nas ruas ou manifestando alguma forma de afeto. Nos nossos dias, apesar de práticas homofóbicas, há uma aceitação maior da sociedade em relação às pessoas gays. Houve avanços nas leis garantindo direitos substanciais de casais do mesmo sexo. Como dizem James Rachels e Stuart Rachels, “dizer que os homossexuais não devem agir de acordo com seus desejos é,

¹⁰ RACHELS, James; RACHELS, Stuart. Os elementos da filosofia moral. Porto Alegre: AMGH, 2013. p. 26.

¹¹ VALLS, Álvaro L. M. O que é ética. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 13.

¹² Op.cit. p. 27.

portanto, condená-los a uma vida frustrada. Homossexuais e heterossexuais descobrem quem são após eles terem uma certa idade, ninguém decide por qual sexo quer ter atração”.¹³

O filósofo brasileiro Mario Sérgio Cortella cita ainda o uso do cinto de segurança como mudança comportamental. Até poucos anos o uso desse instrumento era muito negligenciado. Hoje não mais. Além da obrigatoriedade, o uso do cinto de segurança passou a ser incorporado na nossa prática cotidiana ao dirigir. No início, as pessoas relutavam em usá-lo. Era comum as pessoas comprarem a camiseta do time de futebol do Vasco da Gama ou da Ponte Preta, com a lista preta transversal, no intuito de enganar os guardas de trânsito, fingindo estarem usando o cinto de segurança.¹⁴ Hoje, além de salvar vidas, quase que inconscientemente nós o colocamos quando sentamos para dirigir nosso carro. Se porventura esquecemos, somos lembrados e cobrados por nossos filhos, que já adotaram a ideia.

Em suma, a ética é aquilo que orienta a capacidade de o homem poder decidir, julgar e avaliar com autonomia. Para isso, pressupõe a presença da liberdade. Ou seja, como já defendia o filósofo Kant, a ética deve ser baseada em direitos em que a pessoa deva ser tratada como fim em si mesmo e nunca como meio, ou seja, jamais devo instrumentalizar o meu próximo tendo em vista o meu “sucesso” pessoal: “age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio.”¹⁵

Não seria desmedido afirmar que ética se encontra vinculado a ideia de cuidado, pois os princípios éticos levam em conta e respeitam a alteridade do outro, o que significa ver o outro como ele realmente é, não aliená-lo, não vê-lo como estranho. A alienação (*aliens*) ética é a negação do *alter* (outro), desconsiderar o outro enquanto pessoa. Um exemplo que chegou até os meios de comunicação foi a experiência da pesquisa de psicologia social de Fernando Braga da Costa que analisou a profissão dos garis como “pessoas invisíveis”. Depois de vestir o uniforme de gari e varrer as ruas da própria universidade, ninguém mais o reconheceu, nem seus colegas, nem seus professores. Destarte, o uniforme torna as pessoas invisíveis.

1. ALTERIDADE SOB A VISÃO ÉTICA E MORAL

A negação da alteridade do outro também pode ser encontrada no primeiro livro bíblico, o Gênesis. Na visão bíblica, Deus pergunta a Caim: “Onde está o teu irmão?” E Caim

¹³ Idem. p. 57.

¹⁴ CORTELLA, Mario Sérgio. Nos labirintos da moral. Campinas: Papirus Mares, 2013. p. 56.

¹⁵ KANT, I. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Lisboa: Edições 70, 2007. p. 69.

responde: “Por ventura serei eu o guarda do meu irmão?” Sendo assim, a ética é, antes de tudo, o reconhecimento do “outro” enquanto “outro”, não a sua negação.

Outro ponto de vista interessante de ser abordado encontra no campo das artes, sejam elas vinculadas a cinematográficas, especificamente no que concerne a obra do escritor português José Saramago, em seu livro “Ensaio sobre a Cegueira”, tem uma frase logo no início do livro que é central no debate sobre a alteridade do outro: “Se podes olhar, vê; se podes ver, repara”.¹⁶ O que acontece é que muitas vezes passamos e não olhamos; se olhamos, não vemos; se vemos, não reparamos. O que é reparar? Reparar é olhar com cuidado, estar atento aos mínimos detalhes da vida que nos cercam: o orvalho na flor, o pôr do sol, a brisa que toca o meu rosto, o sorriso de uma criança, as rugas da face envelhecida de um ancião ou de uma anciã. O ruim é quando colocamos a vida no “automático”.

Destarte, prática de ações irrefletidas, passa-se a ser entendido como um ser autômato, que age mecanicamente, sem dar sentido às coisas e às pessoas. O escritor uruguaio Eduardo Galeano, que nos deixou há pouco tempo, só tinha um sentimento ao deixar este mundo: “Triste é morrer e não mais contemplar o crepúsculo”.¹⁷ Para ele, o fim de cada tarde era dotado de significados que o faziam feliz.

Por sua vez, as lembranças relacionadas a tempos pretéritos, como por exemplo os vividos infância, no imaginário de todos, se tornam momentos mais felizes da minha vida. Saudades de tudo aquilo que eu tinha e não tenho mais: o afeto da mãe, a figura do pai, o carinho dos irmãos. Saí muito jovem de casa para estudar, no entanto, no final de cada ano, fins de novembro, entrava em férias e voltava para o lar para ajudar os pais nas lidas da agricultura. Minha mãe sempre me recebia com os braços abertos, lágrimas de saudades escorriam no rosto de ambos. Ela sempre me esperava com o bolo de laranja preferido e o pudim de forma de que eu tanto gostava.

Ainda seguindo o mundo das artes e da literatura, vem a calhar a posição assumida pelo escritor Fernando Savater, quem em seu livro “Ética para meu Filho”, também se lembrou de uma importante cena do cinema para ilustrar o caráter da sociabilidade humana e do tempo de infância. Recordou ele a cena inicial do filme “Cidadão Kane”, dirigido e interpretado por Orson Welles.

Como todos sabem, Welles produziu o filme Cidadão Kane, mas a produção havia sido supostamente atribuída ao jornalista William Randolph Hearst, embora Welles o negasse.

¹⁶ SARAMAGO, José. Ensaio Sobre a Cegueira. São Paulo : Companhia das letras, 2008, p. 215.

¹⁷ GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. São Paulo : Terra e Paz. 1987, p. 139.

No filme, Welles interpreta o personagem Kane, que era um importante magnata das comunicações e multimilionário americano que alcançou uma influência política jamais vista até então. Vivia sem nenhum tipo de escrúpulo em Xanadu, conseguia o que queria graças à instrumentalização das pessoas que viviam ao seu redor. A sua ganância sempre falou mais alto. No final da vida, em seus momentos derradeiros, Kane perambula solitário na grandiosa sala de seu palácio cheia de espelhos que o refletem em centenas de imagens, mas na verdade, só existe o solitário Kane.

A situação de extrema crise de consciência Kane em agonia murmura uma palavra de que ninguém sabe ao certo o significado: “Rosebud”! Mais tarde se descobre que “Rosebud” é uma palavra escrita em num trenó com a qual Kane brincava quando criança. Essa mensagem é marcante, uma vez que talvez recorde o único tempo em que esteve rodeado de pessoas com quem tivesse os afetos mais importantes de sua vida, pessoas que amava e que o amavam. Pode-se aprender dessa cena que riqueza, poder e prestígio não puderam comprar-lhe nada melhor do que aquela lembrança infantil.

O trenó significava a doce lembrança das relações humanas, o que realmente interessa aos homens. Muitas vezes invejamos a riqueza, o prestígio, a fama e o poder alheio e esquecemos que talvez isso não sirva para quase nada, ou não serve para aquilo que realmente interessa para uma vida virtuosa e feliz.

2. ÉTICA E MORAL DENTRO DA SOCIEDADE DO IMEDIATISMO – DO “FAST”

Os compromissos em excesso, inseridos dentro de um contexto denominado de vida pós-moderna, onde tudo é regido pelo “fast”, se esquece de pequenos detalhes que fazem a diferença. Passamos apenas vida e não vivemos. Devemos, sim, exercitar a arte do “reparar”, de vislumbrar o significado das coisas, isto é, refletir. Ou, como um homem muito sábio disse certa vez: “Gnosis, a perfeita sabedoria e iluminação, é se surpreender com todas as coisas”. A visão pragmática sobre as coisas da vida acaba fazendo com que não captemos o verdadeiro sentido delas, pois a importância das coisas acaba ligada ao seu preço, e não ao verdadeiro significado que as constitui. Eduardo Galeano sintetiza tal ideia errônea dos tempos atuais com a seguinte frase: “No mundo de hoje, tudo o que não tem preço também não tem valor”.

A ética é o fundamento, o princípio e é um conceito universal, por exemplo: “não pegar o que não me pertence”. Já a moral é a prática e é mais relativa, por exemplo: “se eu roubo ou não”. A ética é a reflexão crítica sobre os valores presentes nas ações entre as pessoas na sociedade. A moral coloca-se, assim, enquanto preceitos que orientam a nossa vida

em sociedade. As minhas ações devem ser norteadas pela moral, porque é para o nosso bem. A moral pode ser demonstrada a partir da frase: “O que é que os outros vão dizer!?” É certo que devemos levar a ética e a moral em consideração, considerando que não existimos sem a presença e a relação com os outros.

Reitere-se que a palavra “moral” veio do latim (*moralis*), que significa a atitude de um indivíduo em relação às normas. Assim como a ética é a reflexão filosófica sobre a melhor maneira de viver, a moral está ligada à ação, é sempre uma reflexão em primeira pessoa: uma reflexão consigo mesmo, o que eu escolho para mim, ou você pensando por você mesmo. Por outro lado, o moralismo é quando eu julgo a ação de um terceiro. O moralizador é aquele que se ocupa com a moral do vizinho, ou seja, o moralismo é a avaliação do outro.

Se a ética ensina a “não roubar” ou “não pegar o que não me pertence”, a moral é uma decisão pessoal sobre as práticas do cotidiano, por exemplo: “quando encontro uma carteira com dinheiro, devolvo ou não devolvo?” Mesmo assim há dilemas, como saber se uma ação pode ser boa ou condenável. Segundo o filósofo André Comte-Sponville, basta perguntar a si mesmo o que se passaria se toda a humanidade se comportasse como você: “Se todos mentissem, se todos matassem, se todos torturassem, como a humanidade viveria?” por conseguinte a moral cristã talvez seja a que mais se aproxime da prerrogativa anterior: “Não façais ao outro o que não gostaríeis que o outro vos fizesse”.¹⁸

3. ANÁLISE E PONTOS CONVERGENTES ENTRE MORAL E ÉTICA

Nesse sentido, a moral vai além da frase proferida pela personagem de Dostoiévski em que diz: “Se Deus não existisse, tudo seria permitido”.¹⁹ Não, nem tudo é permitido, mesmo sendo descrente. A moral independe de um credo religioso, porque vai além. Seria medíocre o homem que só fizesse o bem pelo temor do castigo eterno ou, ao contrário, só fizesse o bem à espera de uma recompensa eterna. Seria apenas uma questão de egoísmo e prudência.

Diferentemente pensa o filósofo Kant ao afirmar que uma ação moralmente boa é aquela que é feita sem esperar nada em troca. Assim, mesmo que Deus não exista, mesmo que não exista nada depois da morte, isso não nos dispensa dos nossos fazeres e deveres, ou seja, de agir humanamente. Então, em outras palavras: o nosso único dever é ser humano.

¹⁸ COMTE-SPONVILLE, A. Apresentações da filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 22.

¹⁹ DOSTOIÉVSKI, Fiodor. Crime e castigo. São Paulo : Martin Claret, 2008, p. 109.

A moral nos fará sempre nos perguntar: Posso ou não posso? Viver moralmente é agir de tal forma honesta, digna e justa, como se estivéssemos vivendo de forma invisível, como veremos agora, na história contada por Platão sobre o anel de Gíges, um bom exemplo do agir moral.

Segundo Platão, Gíges um pastor que servia ao então soberano da Lídia. Devido a uma grande tempestade e tremor de terra, rasgou-se o solo e abriu-se uma fenda no local onde ele apascentava o rebanho. Admirado ao ver tal coisa, desceu por lá e contemplou, entre outras maravilhas, um cavalo de bronze, oco, com umas aberturas, espreitando através das quais viu lá dentro um cadáver, aparentemente maior do que um homem, e que não tinha mais nada senão um anel de ouro na mão. Arrancou-lhe o anel do dedo e saiu. Ora, como os pastores se tivessem reunido, da maneira habitual, a fim de comunicarem ao rei, todos os meses, o que dizia respeito aos rebanhos, Gíges foi lá também, com o seu anel. Estando ele, pois, sentado no meio dos outros, deu por acaso uma volta ao engaste do anel para dentro, em direção à parte interna da mão, e, ao fazer isso, tornou-se invisível para os que estavam ao lado, os quais falavam dele como se se tivesse ido embora. Admirado, passou de novo a mão pelo anel e virou para fora o engaste. Assim que o fez, tornou-se visível. Tendo observado esses fatos, experimentou a ver se o anel tinha aquele poder, e verificou que, se voltasse o engaste para dentro, se tornava invisível; se o voltasse para fora, ficava visível. Assim, senhor de si, logo tratou de ser um dos delegados que iam junto do rei. Uma vez lá chegado, seduziu a mulher do soberano e, com o auxílio dela, atacou-o e matou-o, e assim se assenhoreou do poder.

Dentro do cenário criado, como seria possível uma ação ou omissão, assim como Gíges, de uma hora para outra pudéssemos ficar invisíveis: Como agiríamos? Faríamos o bem ou o mal? Buscaríamos o prazer, a riqueza e os interesses egoístas? Com o poder da invisibilidade, continuaria eu a respeitar o semelhante, a sua propriedade, a sua intimidade e a sua liberdade? No agir moral, sim. Mesmo invisível, eu continuaria obrigado e proibido, não por interesse, mas por dever, a não fazer o mal. Isso é moral. A moral é aquilo que exige de ti, não em função do olhar de outros, por ser vigiado por câmeras ou desta ou daquela ameaça exterior (lei ou prisão), mas em nome de uma certa concepção do bem e do mal, do dever e do interdito, do admissível e do inadmissível, enfim, da humanidade e de ti.

Nas palavras de Comte-Sponville moral assume os seguintes contornos::

A moral é um conjunto de coisas a que um indivíduo se obriga ou que proíbe a si mesmo, não para aumentar a sua felicidade ou o seu bem-estar, o que não passaria

de egoísmo, mas para levar em conta os interesses ou os direitos do outro, para não ser um malvado, para permanecer fiel a uma certa ideia de humanidade e de si.²⁰

A moral então está ligada à nossa forma de agir independentemente do olhar do outro. Enfim, a moral é uma lei que imponho a mim mesmo ou, em certo sentido, uma voz interna.

Muitos são os exemplos que podem ser citados para demonstrar o agir moral. Por exemplo, se o professor está aplicando uma prova aos alunos sem consulta, o professor sai da sala de aula por um instante, o aluno tem um resumo completo sob a escrivaninha. É nesse momento que ele se pergunta: “Colo ou não colo?” Colar ou não é uma questão moral. Às vezes, como professor, solicito, no final de cada aula, uma lista de presença dos alunos, mas antes de passar a lista já contei o número total dos alunos presentes em sala de aula, 24, por exemplo. No fim, por incrível que pareça, surgem 27 nomes na lista. Bom, como o espiritismo anda em alta nos nossos tempos, penso que algum espírito baixou por ali e assinou a lista de presença. Assinar pelo outro também é um gesto de falta de moral.

Por falar em moral, lembro uma bela história contada pelo escritor Fernando Savater, que trata sobre a incoerência entre o modo de cada um ser e viver. Trata-se do falso moralismo que cada um tende a desenvolver em muitas situações da vida.

Uma falsa moralista puritana que numa tarde de verão ligou para o delegado de polícia reclamando que, em frente à sua casa, alguns jovens brincavam na rua seminus divertindo-se num alegre banho de mangueira. O delegado e sua guarnição, atendendo a moralista, vai até o local e pede para que os jovens se afastem para não perturbam o sossego da mulher. Os meninos atendem o pedido e passam a se divertir noutra quarteirão. Passada meia hora a mesma mulher liga novamente ao delegado reclamando que os meninos continuam com as brincadeiras. Novamente o delegado se dirige aos jovens pedindo que eles se divirtam em outro local, ainda mais longe. Os meninos obedecem novamente. Todavia, por incrível que pareça, a mesma mulher “puritana” liga pela terceira vez reclamando daquelas cenas impudicas. O delegado esboçando um tom de surpresa e irritação argumenta: “Minha senhora, atendemos o seu pedido por duas vezes, afastamos os jovens para bem longe de sua casa para que não mais a importunasse...” Eis que veio a resposta da moralista: “É, mas de binóculo eu ainda consigo vê-los”.²¹

Um outro exemplo de dilema moral que envolve a alteridade, é possível ser retratado na seguinte narrativa, de uma pescaria de lazer feita entre amigos. Cujo início já tem uma quebra de acordo formulado pois um dos pactuantes se deslocariam de cidades distintas, sendo que se se encontrariam em determinado local, um dos amigos chega ao local no horário certo e determinado e verifica que o mesmo que estava deserto, e o amigo demorava a chegar.

²⁰ COMTE-SPONVILLE, A. Apresentações da filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 98.

²¹ SAVATER, F. Ética para meu filho. Trad. Mônica Stahel. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2012. p. 56.

Neste momento o participante cumpridor da avença se desloca até à margem do lago e verifica a existência de uma corda fina amarrada em uma árvore indo diretamente para as calmas águas. Ao verificar que não havia ninguém esse começou a corda e contactou a presença de uma quantidade imensa de peixes. Absorto o intrépido “pescador”, de forma cautelosa, novamente, verificou se não havia ninguém a observa-lo. Diante da paisagem desértica o “pescador” logo formulou o seguinte pensamento: “Achado não é roubado”, e de maneira mais rápida recolheu todos os peixes, colocando-os em um saco, que logo já passava de cinco quilos. Ato contínuo colocou o saco de peixes com a rede em seu automóvel, sempre se certificando que não havia ninguém a observa-lo. Passado alguns minutos chegou o companheiro de pescaria, que já soube da proeza e sucesso da instantânea pescaria.

Todavia, o esperto pescador, ao sair das cercanias de sua “pescaria” se deparou com a chegada uma família de pobres ribeirinhos, os quais foram em direção da rede e proferiam a frase exclamação: “Puxa vida, alguém roubou a minha rede... Tinha deixado ontem à tarde ela no lago e agora se foi...”

Os pescadores, especificamente aquele que havia feito o recolhimento dos peixes, se fez de desentendido e entrou em seu barco e sumir dali. Todavia, aquela ideia não me saía da sua cabeça durante todo o dia de pesca: Devolver ou não devolvo os peixes e a rede? Era um tormento sem fim “devolver, ora em não devolver” eis a questão.

Quando do término de sua autentica pescaria o autor do “achado” procurou os ribeirinhos achando-os “restituindo” os peixes, e eles estavam na caixa de isopor do meu carro, bem fresquinhos, assim, como diz Spinoza: “Fazer o bem é estar sempre feliz”.

Enfim, eis pequenos exemplos para demonstrar que a moral é sempre uma opção, já que só eu sei o que eu devo fazer. Ninguém decide em meu lugar. A ética e a moral estão ligadas a valores que são considerados nobres, valores que o homem deve colocar sempre em um patamar elevado, visto que eles fazem com que ele se humanize cada vez mais em relação a outro homem.

4. A MORAL A ÉTICA NA CONTEMPORANEIDADE

A moral cristã surge nas regiões periféricas do grande Império Romano. O cristianismo então era uma religião de escravos que foram perseguidos e torturados nos primeiros séculos da nossa era. No ano de 313 o imperador romano Constantino concedeu liberdade condicional aos cristãos. Mais tarde, no final do século IV, em 391, o imperador

Teodósio proibiu finalmente os cultos pagãos e adotou o credo cristão como religião oficial do Ocidente.²²

Santo Agostinho foi o principal responsável pela defesa teórica e prática do cristianismo e da Igreja. Escreveu a obra “as Confissões”, onde inclusive comenta sobre a filosofia do estoicismo. O amor, diz ele, é eterno, porque meus amados vão ressuscitar e vou ficar com eles para sempre. A eternidade está garantida, e o apego também. Contam os historiadores que no enterro da própria mãe, Agostinho não derramou nenhuma lágrima: “Por que estaria triste, pois nos encontraremos definitivamente no céu, eternamente no paraíso, nós que nos amamos tanto”.

Segundo a filosofia cristã, a salvação já está garantida; todos vão ressuscitar de corpo e alma junto com seus entes queridos, de acordo com seus méritos ou não. Mais tarde o filósofo Pascal vai se questionar: Acreditar ou não acreditar? Eis a sua aposta: “É preferível passar por bobo neste mundo, porque, se der certo, ganho a eternidade”.

Dessa forma, o cristianismo nos promete tudo: a eternidade. O quarto evangelista – São João – também conhecia a filosofia estoica: “No princípio era o verbo (logos) e o verbo estava com Deus. Tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito. E o verbo se fez carne e habitou entre nós”. Há uma diferenciação básica entre a filosofia e a religião. Enquanto a filosofia é pensar por si mesmo, a religião é confiar em um “outro”. Outra diferenciação: enquanto a pólis grega se baseava na escravidão, o cristianismo pregava a igualdade.

Em relação aos judeus que pregavam a Lei, os cristãos pregavam a Consciência. Da mesma forma em relação aos estoicos: estes pregavam o homem como fragmento cósmico inconsciente, já o cristianismo prega a imortalidade pessoal, a ressurreição dos corpos.

Historicamente a moral apresenta três eras com características próprias. A primeira fase da moral, como vimos, é a era teológica da moral; a segunda é a moral moderna, chamada de laica moralista; e a terceira é chamada de pós-moralista.²³

A primeira fase da moral, assunto tratado um pouco antes, ampara-se na tradição judaico-cristã. Mais especificamente podemos encontrá-la no Velho Testamento, quando Moisés recebe as Tábuas da Lei. A moral teológica era inseparável dos mandamentos divinos que foram recebidas por revelação. A Bíblia era o fundamento da verdadeira moral. Essa moral afirmava que fora da Igreja e de seus ensinamentos não havia virtudes. Com o

²² BARRACLOUGH, G. Os papas na Idade Média. Lisboa: Verbo, 1972. p. 22

²³ LIPOVETSKY, G. Metamorfoses da cultura liberal. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 215.

cristianismo, Jesus, no chamado Sermão da Montanha, centraliza as atenções para os valores da pessoa.

A ideia é que o amor (ágape) possa elevar o homem de sua condição puramente humana para uma condição de valores transcendentais. O homem com princípios morais é um homem que teme a Deus e espera nele a salvação de sua alma. São Paulo apóstolo foi o grande incentivador das ideias cristãs. Mais tarde, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino farão uma defesa racional da fé por meio das duas escolas filosóficas: a Patrística e a Escolástica, respectivamente. Em síntese, esse período da moral teológica é considerado o mais longo do Ocidente, pois começa na tradição judaica, desde o Antigo Testamento, e segue até o início do século XVIII.

A segunda fase da história da moral começa no início do século XVIII e termina no início do século XX. É qualificada como moral laica moralista. De forte inspiração iluminista, a moral moderna procura se emancipar da moral religiosa da Igreja. Os fundamentos da moralidade laica se fundamentam nos princípios da racionalidade, também chamada de moral natural, que estariam presentes em todos os homens. Kant e Voltaire são os defensores de uma ética enraizada na natureza humana. Kant propõe que o conceito ético seja extraído do fato de que cada um deve se comportar de acordo com os princípios universais, conhecido como princípio categórico (obrigação – não dependente de quaisquer desejos da pessoa).

A lei máxima do imperativo categórico kantiano é: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”.

Aos poucos os valores religiosos, como jejum, caridade, penitências, rezas e peregrinações, são substituídos pela obediência à lei moral. A secularização encontrará respaldo nos direitos naturais, na razão e no humanismo ético. Nesse momento prescinde-se da crença e da fé na vida do homem, visto que este pode viver de forma moral e sem ter religião e mesmo assim não sofrerá nenhuma punição ou castigo. Isso equivale a dizer que é possível um homem ser ateu e ser moral ao mesmo tempo. Surge a religião moderna do dever, o culto laico da abnegação e da entrega ilimitada a serviço da família, da pátria e da história. Mantém-se, contudo, como afirma Lipovetsky (2004), “a retórica anterior do dever rigorista, sacrificial, absoluto”.

A terceira fase da moral é chamada de “pós-moralista”. Essa nova moral rompe drasticamente com a moral moderna do século XVII e XVIII. A moral pós-moralista exalta mais os desejos, o ego, a felicidade e o bem-estar individual do que o ideal de abnegação. De certa forma, ficou abandonada a moral do dever sacrificial, pois hoje o que importa é o sucesso pessoal, são os direitos dos indivíduos, e não os seus deveres. O que impera hoje é o

relativismo moral, sendo que cada um pode fazer o que bem entender: “Nada está errado”. O que importa é o bem-estar pessoal, numa realidade em que os “deveres” foram relativizados, vivendo-se uma moral mais de cunho emocional. O dever sacrificial não é mais exaltado na escola, nem nos livros, nem na esfera pública. Antes a moral era austera e autoritária, vinda geralmente dos discursos disciplinadores do clero.

Vive-se na sociedade pós-moralista o oposto da teoria de Durkheim, que pregava que o espírito de disciplina era a essência da moral. De certa forma a mídia assume o lugar da educação moral anterior. Ela fixa as prioridades. Vive-se o fim da moralidade da disciplina e do esforço para uma moralidade sem obrigações nem sanções – uma moral emocional, uma moral interpessoal, adaptada aos novos valores individualistas, como dizia Sartre (1978), em que cada um passou a ter de determinar-se, de inventar a sua moral. Cada um tem uma posição sobre o aborto, sobre o consumo de drogas, sobre a pena de morte, sobre eutanásia, sobre casamento homossexual, sobre fertilização com ajuda médica, tudo isso configurando a pluralidade de morais.

A moral no mundo contemporâneo é uma moral que rompe com o modelo harmônico dos gregos, medievais e modernos. Trata-se de uma tripla ruptura. Quanto a essas rupturas, segundo a primeira, não se pode mais pensar à moda dos gregos, nem dos medievais, nem dos modernos. Por isso aceita a condição pós-moderna. A moral pós-moderna rompeu com a visão dos gregos do período clássico. Os gregos partiam da ideia do universo cósmico ordenado e finito. Todas as coisas teriam um lugar natural, com finalidades próprias. Para viver bem dever-se-ia viver no lugar certo, fazendo a coisa certa, “achar o seu lugar natural” para se realizar e ser feliz, o que eles chamavam de “eudaimonia”: uma concepção de que a felicidade é a finalidade da vida – vida soberana, vida que não precisa de outra para se justificar.

A concepção grega era a de que é preciso achar o nosso “lugar natural” no cosmos para sermos felizes. Nos nossos dias não podemos pensar assim, dado que a ciência moderna desconstruiu essa concepção organizada e harmônica dos gregos. O universo não é finito. O todo não é finito nem organizado. O universo é caótico, não tem sentido nem direção, não há um lugar, mas diferentes modos e compreensões do universo.

Em segundo lugar, a moral pós-moderna rompeu também com os medievais, que tinha seus fundamentos na crença em Deus e na instituição da Igreja. Deus era a salvação e esse ser transcendente respondia aos meus anseios.

No lugar do universo cósmico e organizado, segundo a compreensão grega, agora Deus criava e organizava tudo. O universo enquanto mundo pode não ser mais organizado, mas temos Deus que nos deu uma missão para que possamos nos encontrar na vida boa.

Por fim, a moral pós-moderna rompeu com a Modernidade – uma terceira ruptura. Nesse momento histórico o homem tomou o outro como referência, a vida em sociedade. Maquiavel, Bacon, Newton, Descartes e Locke são os fundadores do pensamento racional moderno na defesa dos direitos naturais dos cidadãos.

Mesmo assim, no século XIX temos a incisiva crítica realizada pelos chamados filósofos “desconstrutores”, em especial Nietzsche, Marx e Freud. O filósofo Nietzsche, o filósofo do “martelo”, foi contrário à moral cristã. A moral cristã, para ele, é geradora de sentimento de culpa e de ressentimento, fundada na aceitação do sofrimento, da renúncia, do altruísmo, da piedade, típica da moral dos fracos. Para Nietzsche, é preciso recuperar o sentimento de potência, a alegria de viver, a capacidade de invenção. O filósofo critica também os fundamentos éticos, desde Platão até o cristianismo, bem como o caráter moralista da civilização ocidental.

Para Marx, a filosofia deve estar centrada na coletividade. Seu pensamento teve um caráter mais político do que ético. Para o marxismo, a ética decorre da política. Marx procura desmitificar a moral e a ideologia, pois para ele os fundamentos éticos são vistos como instrumento de dominação. A análise éticopolítica para ele tem a função de desvelar o processo histórico de ascensão e consolidação da classe burguesa como dominante. A ética é tida como um produto histórico que regula historicamente as relações humanas e as justifica essas relações em cada época histórica.

Já Freud, o terceiro “desconstrutor”, os preceitos morais são elementos superestruturais que visam impedir a expansão dos impulsos primários recalçados no inconsciente. Para ele, o homem vive permanentemente sob a censura da civilização e a civilização é constitutivamente repressão.

Uma conquista da Modernidade foi o nascimento da concepção do homem como indivíduo. Por meio das revoluções liberais surge o entendimento de que o homem é dotado de direitos naturais, direitos como a preservação da vida, como a propriedade e a liberdade. Não obstante o que prevalece na sociedade atual não é mais a individualidade, e sim o hiperindividualismo, que é uma característica doentia da pessoa.

Da mesma forma, o individualismo, diz o filósofo Edgar Morin, fortalece o egocentrismo. Egocentrismo é quando colocamos o “Eu” sobre o “Nós”. O individualismo ou o egocentrismo, diz Morin, inibe as potencialidades altruístas e solidárias, o que contribui

para a desintegração das comunidades tradicionais. Assim, o individualismo/egocentrismo é o crescimento de uma necessidade individual de amor em que a busca da felicidade pessoal a qualquer preço transgride a ética familiar ou conjugal.

O professor Leandro Karnal ilustra bem o egocentrismo e a ausência da prática de ouvir o outro. Se uma pessoa diz “Eu estou cansada”, a outra pessoa responde “Eu também”. “Eu acordei às 4 da manhã!”, o outro responde “Eu às 3”. “Estou com dor cabeça” ou “Estou com um tumor maligno”. Ninguém escuta ninguém, e então esta é a sociedade do monólogo (KARNAL, 2015). Caso eu precise desabafar com alguém, então vou precisar investir uma boa dose de dinheiro para os analistas. Como a sociedade pós-moderna aboliu o confessionário das igrejas, agora se paga um psicólogo.

O individualismo conduz ao niilismo, aniquilando as relações intersubjetivas e gerando uma crise do capital social. Por capital social entendemos: “[...] relações entre indivíduos e redes sociais com normas de reciprocidade e confiança daí emergentes”. Quanto maior for o individualismo menor será a virtude cívica. De certa forma abolimos a vida coletiva e social para viver em torno de nós mesmos. Vivemos aquilo que Gilles Lipovetsky chama de desabrochar e “absolutização do Eu”. Ao mesmo tempo em que impera o individualismo social, percebe-se o nascimento do neotribalismo. São grupos religiosos, esportivos, hedonistas, musicais e tecnológicos que se aproximam em prol de um objetivo comum. Trata-se apenas de redes de amizade pontuais que se reúnem ritualisticamente com a função exclusiva de reafirmar o sentimento que um dado grupo tem de si mesmo.

Max Weber (1987) apresenta algumas características dessas “comunidades emocionais”. São elas: o aspecto efêmero, a composição cambiante, a inscrição local, a ausência de uma organização e a estrutura cotidiana.

Edgard Morin defende a ideia de que vivemos, na contemporaneidade, uma crise de fundamentos. Argumenta o autor que “Deus está ausente” e que o homem moderno “matou” Deus e seus valores, dando lugar para que a razão, o progresso e a técnica assumissem seus lugares. Vive-se tipicamente o fim do superego social. O superego seria os valores sociais a serem seguidos, bem como a consciência moral que determina o que deve ser feito. O sentido da responsabilidade encolheu, bem como o sentido da solidariedade enfraqueceu.

Por sua vez, a ética e a moral refere-se à reflexão sobre a vida moral, é como uma moral teórica, pensada. É construída com base nos valores históricos e culturais, estuda os valores e princípios morais de uma sociedade.

Apesar dos termos ética e moral terem a mesma origem “relativo a bons costumes”, possuem significados diferentes. A ética é uma reflexão filosófica sobre a moral. A moral

representa os costumes, os hábitos, os comportamentos dos seres humanos, as regras de comportamento adaptadas pelas comunidades.

A palavra direito vem do latim *directus* e tem diversos significados. No aspecto jurídico, direito é o sistema de normas de conduta imposto por um conjunto de instituições para regular as relações sociais. Segundo a teoria dos círculos secantes, exposta pelo antigo professor suíço Claude Du pasquier consiste em dizer que direito e moral possuem um campo de competência comum e, ao mesmo tempo, uma área particular, independente. Isto significa que há uma área comum de coexistência entre a moral e o direito, mas há diferenças notáveis que as distinguem, como o uso da força que na moral, não lhe é atribuída e no direito, absolutamente.

Na vida em sociedade, é necessária a formulação de regras de conduta obrigatórias que disciplinem a interação entre as pessoas, com o objetivo de alcançar o bem comum, a paz e a organização social. Estas regras são denominadas leis, que são realizadas com a ideia de bem e valor para a comunidade como um todo. O descumprimento destas leis resulta em uma sanção, imposta pela autoridade constituída pela sociedade, o Estado. O cumprimento obrigatório da sentença satisfaz ao mundo jurídico, porém não satisfaz à moral. Há então, a coercibilidade, que possibilita usar a força se necessário no direito, diferente da moral.

Outra diferença entre direito e moral é a bilateralidade, isto é, a relação entre duas ou mais pessoas, pois o direito exige a existência de uma sociedade, busca pelo bem coletivo, já a moral busca o próprio aperfeiçoamento, é unilateral.

Tanto a moral, quanto o direito são imperativos, uma vez que são normas e traduz um comando. O direito é heterônimo, pois se o indivíduo concorda ou não com a norma internamente, basta adequação exterior. A moral não é, porque necessita da adesão interna. Além destas diferenças, o direito é atributivo e a moral não. Atributividade é ter a possibilidade de exigir atributo de alguém.

O direito e a moral estão inseridos na ética, pois a ética é a concepção ampla, que abrange todas as ciências normativas do agir humano. Logo, estas ciências incluem a moral e o direito.

Segundo Adolfo Vasquez Sanches, o problema do que fazer em cada situação concreta é um problema prático-moral e não-teórico ético. Isto quer dizer que definir o que é bom não é um problema cuja solução caiba ao indivíduo em cada caso particular, mas um problema geral de caráter teórico, de competência do investigador da moral, do ético.

Sendo assim, os profissionais do direito têm o compromisso de contribuir para a discussão dos assuntos relacionados à bioética e biogenética, lembrando que uma das razões da existência do direito é promover harmonia no convívio entre a ciência e a sociedade.

Conclusões

Como pudemos verificar, a moral, a ética e o direito estão interligados. A moral normatiza e direciona a prática das pessoas, buscando o auto aperfeiçoamento; o direito se dirige a conduta do indivíduo, buscando o bem coletivo e a ética teoriza sobre as condutas, estudando concepções que dão suporte à moral e ao direito.

Por fim, vivemos a crise das metanarrativas. Na Grécia Antiga, o que regia a sociedade era o cosmos (a ordem); na Idade Média (Deus); na Modernidade, a razão, a técnica, a ciência, o progresso, o iluminismo; no Mundo Contemporâneo, agora se vive o fim das utopias coletivas como o marxismo, o socialismo, o capitalismo, a democracia. Diz Lipovetsky (2004) que a última utopia é a dos ecologistas, embora seja um tipo particular de utopia baseada no medo, no terror. Diz-se o tempo todo que, se as coisas continuarem como estão, o planeta vai explodir. As utopias clássicas falavam de esperança. Hoje, temos, porém, muitas pequenas utopias à la carte, pessoais, particulares, singulares, sonhos de cada um: combater a miséria, preservar o patrimônio histórico, proteger a infância, melhorar o mundo, diminuir o sofrimento, ajudar os desfavorecidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. Variações sobre o prazer: Santo Agostinho, Nietzsche Marx e Babette. São Paulo: Planeta do Brasil, 2012.

BARRACLOUGH, G. Os papas na Idade Média. Lisboa: Verbo, 1972.

BARROS FILHO, Clóvis de. A vida que vale a pena ser vivida. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOCAYUVA, I. (Org.). Ethos na antiguidade. Rio de Janeiro: Via Verita, 2013.

COMTE-SPONVILLE, A. Apresentações da filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CORTELLA, Mario Sérgio. Nos labirintos da moral. Campinas: Papirus Mares, 2013.

DOSTOIÉVSKI, Fiodor. Crime e castigo. São Paulo : Martin Claret, 2008.

DROIT, R-P. Ética – uma primeira conversa. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

KANT, I. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Lisboa: Edições 70, 2007.

KARNAL, L. Vazio Contemporâneo e Espiritualidade. 2015. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=tMwYxv9xf4M>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

LIMA VAZ, H. C. de. Escritos de filosofia: ética e cultura. São Paulo: Loyola, 2000.

LIPOVETSKY. G. Metamorfoses da cultura liberal. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LUSTOZA, Helton Kramer. A crise da ética na sociedade brasileira.. Revista Juridica, [S.l.], v. 1, n. 30, p. 271-283, maio 2013. ISSN 2316-753X. Disponível em:
<<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/563/435>>. Acesso em: 20 abr. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.21902/revistajur.2316-753X.v1i30.563>.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MORIN, Edgar. O método 6: ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PLATÃO. A República. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

RACHELS, J.; RACHELS, S. Os elementos da filosofia moral. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SARAMAGO, José. Ensaio Sobre a Cegueira. São Paulo : Companhia das letras, 2008.

SARTRE, J.P. O existencialismo é um humanismo. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1978.

SAVATER, F. Ética para meu filho. Trad. Mônica Stahel. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2012.

VALLS, Á. L. M. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos).

WARBURTON, N. Uma breve história da filosofia. Porto Alegre: L&PM, 2013. (Coleção L&PM Pocket).